



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR –  
EDITAL Nº 01/2010 – CRBM-4**

**PROVA OBJETIVA**

**CARGO: FISCAL BIOMÉDICO**

Nome do Candidato: \_\_\_\_\_

Nº de Inscrição: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura

**INSTRUÇÕES AO CANDIDATO**

1. Confira se seu nome, número de inscrição, cargo de opção e data de nascimento, consta na parte superior do CARTÃO-RESPOSTA que você recebeu. Caso exista algum erro de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala, a fim de que o fiscal registre na Ata de Sala a devida correção.
2. Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 40 (quarenta) questões envolvendo cinco questões referentes ao conteúdo de Língua Portuguesa, cinco questões referentes ao conteúdo de Noções de Direito Administrativo, cinco questões referentes ao conteúdo de Conhecimentos Gerais e vinte e cinco questões referentes ao conteúdo de Conhecimentos Específicos. Caso exista alguma falha de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala. Na prova há espaço reservado para rascunho. Esta prova terá duração de 03 (três horas) horas, tendo seu início às 9:00h e término às 12:00h (horário local).
3. Cada questão objetiva apresenta 04 (quatro) opções de resposta, identificadas com as letras (A), (B), (C) e (D). Apenas uma responde adequadamente à questão, considerando a numeração de 01 a 40.
4. É proibido o uso de textos legais ou quaisquer anotações durante a realização da Prova.
5. É obrigatório que você assine a LISTA DE PRESENÇA e o CARTÃO-RESPOSTA do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
6. A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita somente com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, pois marcação a lápis não será considerada. A maneira correta de marcar as respostas no CARTÃO-RESPOSTA é cobrir totalmente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo constante no CARTÃO-RESPOSTA.
7. Em hipótese alguma haverá substituição do CARTÃO-RESPOSTA por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
8. O CARTÃO-RESPOSTA é o único documento válido para o processamento de suas respostas.
9. O candidato deverá devolver no final da prova, o BOLETIM DE QUESTÕES e o CARTÃO-RESPOSTA, recebidos.
10. Será automaticamente eliminado do concurso público, o candidato que durante a realização da prova descumprir os procedimentos definidos no Edital nº 001/2010.



## QUESTÕES REFERENTES AO CONTEÚDO DE LÍNGUA PORTUGUESA

### A árvore que pensava

Houve uma árvore que pensava. E pensava muito. Um dia transpuseram-na para a praça da cidade.

Fez-lhe bem a deferência. Ela entusiasmou-se, cresceu, agigantou-se. Aí vieram os homens e podaram seus galhos. A árvore estranhou o fato e corrigiu seu crescimento, pensando estar na direção de seus galhos a causa da insatisfação dos homens. Mas, quando ela novamente se agigantou, os homens voltaram e novamente amputaram seus galhos.

A árvore queria satisfazer aos homens por julgá-los seus benfeitores, e parou de crescer. E como ela não crescesse mais, os homens a arrancaram da praça e colocaram outra em seu lugar.

(França Júnior)

Com relação ao texto acima resolva as questões de 1 a 3.

**01.** Assinale a alternativa correta:

- (A) o texto tem estrutura descritiva.
- (B) o texto está estruturado em versos.
- (C) o texto é uma composição dissertativa-descritiva.
- (D) é um texto em prosa narrativa de conotação poética.

**02.** Em quase todo o texto o autor expressa os sentimentos da árvore, o que revela uma figura de pensamento. Identifique-a:

- (A) Hipérbole
- (B) Catacrese
- (C) Prosopopéia
- (D) Antítese

**03.** O autor do texto, para expressar os “sentimentos” e os “pensamentos” da árvore, e as atitudes dos homens, usa abundantemente:

- (A) os adjetivos
- (B) os verbos
- (C) os advérbios
- (D) os substantivos



**04.** Assinale a alternativa em que o pronome **se** exerce a função de partícula reflexiva:

- (A) Os noivos casaram-se na igreja da fazenda.
- (B) Naquele país falam-se vários idiomas.
- (C) Calou-se para não perder a razão
- (D) Precisam-se de operários na construção civil.

**05.** Marque a alternativa correta quanto ao emprego das palavras que completam o período abaixo:

Não lhe devo nada \_\_\_\_\_ respeito, \_\_\_\_\_ não abuse \_\_\_\_\_, pois não estou \_\_\_\_\_ de criar discórdia, já que estou \_\_\_\_\_ de suas “armações”.

- (A) se não, mas, mais, afim, ao par.
- (B) senão, mais, mais, a fim, a par.
- (C) senão, mas, mais, a fim, a par.
- (D) se não, mas, mas, afim, ao par.

### **QUESTÕES REFERENTES AO CONTEÚDO DE NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO**

**06.** Sobre as Autarquias, assinale a opção correta:

- (A) São pessoas jurídicas de direito público, integram a Administração Pública Indireta e sua criação se faz por ato administrativo do Poder que as institui.
- (B) Integram a Administração Pública Indireta, são criadas por lei específica, mas são pessoas jurídicas de direito privado.
- (C) São entidades administrativas autônomas, criadas por lei específica, com personalidade jurídica de direito público interno, patrimônio próprio e atribuições estatais específicas.
- (D) São entidades administrativas integrantes da Administração Pública centralizada, criadas por lei e prestadoras de serviços públicos dotados de autonomia administrativa.

**07.** O Conselho Federal e os Regionais de Biomedicina constituem, em seu conjunto:

- (A) uma autarquia federal, com personalidade jurídica de direito público, vinculada ao Ministério do Trabalho.
- (B) uma autarquia porém, não possui autonomia administrativa e financeira.
- (C) pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos que sujeitam-se à responsabilidade civil objetiva.
- (D) pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos que atuam com autonomia de vontade, sujeitando-se apenas a normas de direito privado.



**08.** No que diz respeito à administração indireta, assinale a opção incorreta:

- (A) Antes mesmo de ser consagrada na CF, a exigência de criação de autarquias por lei já estava disposta no Decreto-lei nº 200/1967.
- (B) As empresas públicas e as sociedades de economia mista devem ser estruturadas sob a forma de sociedades anônimas.
- (C) A criação de subsidiárias de sociedades de economia mista depende de autorização legislativa.
- (D) É possível o recebimento, pelas fundações privadas, de incentivos e subsídios oriundos dos cofres públicos, circunstância que implicará a incidência de instrumentos de controle de sua atividade.

**09.** Assinale a alternativa correta. Segundo o princípio da publicidade administrativa:

- (A) pode haver sigilo de informações administrativas quando tal for imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;
- (B) não se admite qualquer espécie de sigilo no exercício de funções administrativas;
- (C) só existem atos administrativos escritos e sua eficácia é sempre condicionada à publicação no Diário Oficial;
- (D) a lei não poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.

**10.** Sobre o ato administrativo, eivado de vício insanável que o torne ilegal, é CORRETO afirmar:

- (A) Só pode ser anulado pelo Poder Judiciário;
- (B) Pode ser anulado pela própria Administração;
- (C) Corretas as opções das letras “a” e “b”;
- (D) Corretas as opções das letras “a”, “b” e “c”.

## QUESTÕES REFERENTES AO CONTEÚDO DE CONHECIMENTOS GERAIS

11. Atualmente vemos em vários fóruns a discussão sobre a construção da hidroelétrica de Belo Monte. Em qual local do Brasil esta hidroelétrica poderá ser construída:

- (A) No Rio Xingú que fica na Região Nordeste do Estado do Paraná.
- (B) No Rio Xingú que fica na Região Norte do Estado da Paraíba.
- (C) Na Região Norte do Rio Xingú que fica no Estado do Maranhão.
- (D) No Rio Xingú que fica no Estado do Pará.

12. A Copa do Mundo de 2010 será na África. Sobre o país sede é certo afirmar:

- (A) Seu nome oficial é República da África do Sul, tem três capitais (sendo a cidade de Pretória a Capital Executiva, a Cidade de Bloemfontein a Capital Judiciária e a Cidade do Cabo a Capital Legislativa).
- (B) Seu nome oficial é Monarquia da África do Sul, a Cidade mais populosa é Joanesburgo. Nelson Mandela foi imperador por 10 anos deste reino.
- (C) O Regime do Apartheid encerrou em 2006 com a libertação de Nelson Mandela, líder da principal organização política negra denominada Congresso Nacional Africano (ANC).
- (D) Seu nome oficial é República da África do Sul, tem três capitais (sendo a cidade de Joanesburgo a Capital Executiva, a Cidade de Pretória a Capital Judiciária e a Cidade do Cairo a Capital Legislativa).

13. Dois homens têm se destacado no mundo pelos seus atos: um por ser um presidente americano de origem afro-descendente e o outro por combater o regime do Apartheid na África do Sul. Estes homens são respectivamente:

- (A) Barack Hussein Obama e Barack Mandela
- (B) Nelson Obama Mandela e Barack Obama
- (C) Barack Hussein Obama e Nelson Mandela
- (D) Nelson Rodrigues e Barack Obama

14. Em Abril de 2009, um surto do vírus H1N1 matou mais de 100 pessoas no México. Este vírus é responsável por transmitir a:

- (A) Influenza em humanos que é um simples resfriado causando insuficiência renal, pancreática e hepática.
- (B) Influenza (gripe) em humanos.
- (C) Influenza em humanos que é uma gripe caracterizada por perda de cabelos e ateromas.
- (D) Insuficiência respiratória caracterizada por febre elevada, calafrios e presença de neoplasia do pulmão.



**15.** Nas eleições de 2006 no Brasil houve um recorde de governadoras eleitas. Estas mulheres e seus respectivos estados que governam, são:

- (A) Yeda Crusius (governadora do Rio Grande do Sul), Wilma de Faria (governadora do Rio Grande do Norte) e Ana Júlia Carepa (governadora do Pará).
- (B) Yeda Crusius (governadora do Rio Grande do Norte), Wilma de Faria (governadora do Rio Grande do Sul) e Ana Júlia Carepa (governadora do Pará).
- (C) Yeda Crusius (governadora do Rio de Janeiro), Wilma de Faria (governadora do Rio Grande do Norte) e Ana Júlia Carepa (governadora do Pará).
- (D) Yeda Crusius (governadora do Rio Grande do Sul), Wilma de Faria (governadora do Rio de Janeiro) e Ana Júlia Carepa (governadora do Pará).

### **QUESTÕES REFERENTES AO CONTEÚDO DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**16.** A Resolução que dispõe sobre o exercício e capacidade do Profissional Biomédico no controle, tratamento, realização de análises físico-químicas e microbiológicas da água é a:

- (A) Resolução N° 02 (Conselho Federal de Biomedicina), de 16 de Agosto de 1984.
- (B) Resolução N° 03 (Conselho Federal de Biomedicina), de 25 de Março de 1995.
- (C) Resolução n° 175 (Conselho Federal de Biomedicina), de 14 de Junho de 2009.
- (D) Resolução n° 34 (Conselho Federal de Biomedicina), de 06 de Agosto de 1991.

**17.** O Artigo 2° do Capítulo I da Resolução N° 2 (Conselho Federal de Biomedicina), de 16 de Agosto de 1984 menciona que:

- (A) O Biomédico, no exercício de suas atividades está obrigado a se submeter às normas do Código de Ética da Profissão do Biomédico.
- (B) As infrações cometidas pelo Biomédico serão processadas pelas Comissões de Ética e julgadas pelo Conselho Superior de Ética Profissional, ou pelo Conselho Regional de Biomedicina no qual o profissional estiver inscrito.
- (C) O Biomédico somente poderá afixar placa externa em seu local de trabalho e em sua residência.
- (D) Não é vedado ao Biomédico exercer, simultaneamente, outra profissão.



**18.** Em relação à Resolução N° 141 (Conselho Federal de Biomedicina), de 13 de Abril de 2007 que dispõe sobre a Residência Biomédica, marcar a alternativa que não se aplica a esta resolução:

- (A) Artigo 1° - Criar a Residência Biomédica.
- (B) Artigo 2° - Criar o Cadastro Nacional de Atualização da Residência Biomédica no Conselho Federal de Biomedicina com a finalidade precípua de estabelecer os Registros dos Diplomas das novas especialidades e Atualização Profissional previstos nesta Resolução.
- (C) Artigo 3° - Os Certificados serão emitidos pelas IES (Instituição de Ensino Superior), devendo conter além da carga horária mínima de 500 (quinhentas) horas, a área desenvolvida e a qualificação do concluinte.
- (D) Artigo 4° - Deverá ser emitido um certificado para cada área específica.

**19.** A Resolução N° 13 (Conselho Federal de Biomedicina), de 13 de Dezembro de 1996 alterou a redação do Artigo 1° da Resolução N° 01 (Conselho Federal de Biomedicina), de 01 de Julho de 1987, vigorando com a seguinte redação:

- (A) “Artigo 1° - A pena de multa, a que se refere à Resolução N° 145 (Conselho Federal de Biomedicina), de 30 de Agosto de 2007, consiste no pagamento dos seguintes valores: I – nas infrações leves 3 (três) anuidades; II – nas infrações graves 6 (seis) anuidades; III – nas infrações gravíssimas 10 (dez) anuidades.
- (B) “Artigo 1° - A pena de multa, a que se refere à Resolução N° 154 (Conselho Federal de Biomedicina), de 04 de Abril de 2008, consiste no pagamento dos seguintes valores: I – nas infrações leves 3 (três) anuidades; II – nas infrações graves 6 (seis) anuidades; III – nas infrações gravíssimas 10 (dez) anuidades.
- (C) “Artigo 1° - A pena de multa, a que se refere à Resolução N° 02 (Conselho Federal de Biomedicina), de Março de 1995, consiste no pagamento dos seguintes valores: I – nas infrações leves 2 (duas) anuidades; II – nas infrações graves 4 (quatro) anuidades; III – nas infrações gravíssimas 10 (dez) anuidades.
- (D) “Artigo 1° - A pena de multa, a que se refere à Resolução N° 03 (Conselho Federal de Biomedicina), de 20 de Agosto de 1986, consiste no pagamento dos seguintes valores: I – nas infrações leves 3 (três) anuidades; II – nas infrações graves 6 (seis) anuidades; III – nas infrações gravíssimas 10 (dez) anuidades.





**20.** A Resolução N° 78 (Conselho Federal de Biomedicina), de 29 de Abril de 2002:

- (A) Altera artigos da Resolução N° 76 (Conselho Federal de Biomedicina), de 30 de Novembro de 2001.
- (B) Dispõe sobre a atribuição do Biomédico na área de gerenciamento dos resíduos gerados nos serviços de saúde.
- (C) Dispõe sobre a atribuição do Profissional Biomédico na área de perfusão e toxicologia.
- (D) Dispõe sobre o Ato Profissional Biomédico, fixa o campo de atividade do Biomédico e cria normas de Responsabilidade Técnica.

**21.** A Resolução que normatiza registro de Diplomas nos Conselhos Regionais de Biomedicina é a:

- (A) Resolução N° 92 (Conselho Federal de Biomedicina), de 14 de Março de 2003.
- (B) Resolução N° 50 (Conselho Federal de Biomedicina), de 24 de Maio de 2000.
- (C) Resolução N° 33 (Conselho Federal de Biomedicina), de 23 de Setembro de 1999.
- (D) Resolução N° 139 (Conselho Federal de Biomedicina), de 04 de Abril de 2007.

**22.** Quanto ao código de ética do Profissional Biomédico, no exercício de sua atividade o Biomédico deverá:

- (A) Praticar, no exercício da atividade profissional, ato que a lei defina como crime ou contravenção.
- (B) Empregar todo seu zelo e diligencia na execução de seus misteres.
- (C) Ser conivente com erros e não comunicar aos órgãos de fiscalização profissional as infrações legais e éticas.
- (D) Todas as alternativas acima.

**23. Quanto à resolução N° 2/1995 do Conselho Federal de Biomedicina:**

- (A) O biomédico só poderá anunciar o conhecimento da prática de acupunturista, somente após o registro da qualificação em carteira profissional.
- (B) O registro da habilitação em Acupuntura é dispensável para a aplicação da técnica por biomédicos habilitados.
- (C) Os biomédicos que já aplicam os princípios da acupuntura, no momento da publicação da resolução, ficam desobrigados de regularizar sua situação perante os Conselhos Regionais de Biomedicina.
- (D) O biomédico terá limites para aplicar os princípios, os métodos e as técnicas de acupuntura.

**24. Quanto à Resolução N°. 78/2002 do Conselho Federal de Biomedicina:**

- (A) Não fixa o campo de atuação do biomédico.
- (B) Define o Ato Profissional do Biomédico, como todo procedimento técnico-profissional praticado por biomédico ou bioquímico, na área que esteja legalmente habilitado.
- (C) O profissional biomédico poderá assumir responsabilidade técnica nas operações do sistema de tratamento de água, dosagem de metais pesados e drogas de abuso.
- (D) O biomédico não poderá assumir responsabilidade técnica de exames que utilizem a reação em cadeia da polimerase (PCR) como método de diagnóstico.

**25. Quanto à Resolução N°. 154/2008 do Conselho Federal de Biomedicina:**

- (A) São atribuições do biomédico a elaboração de exames laboratoriais e diagnóstico realizados somente em animais de pequeno porte, assinando os respectivos laudos em conjunto com o médico veterinário.
- (B) São atribuições do biomédico a elaboração de exames laboratoriais e diagnóstico realizados somente em animais de grande porte, não assinando os respectivos laudos.
- (C) São atribuições do biomédico a elaboração de exames laboratoriais e diagnóstico realizados somente em animais de pequeno e grande porte, assinando os respectivos laudos.
- (D) Não é atribuição do biomédico a elaboração de exames laboratoriais e diagnóstico realizados somente em animais de pequeno porte.



**26.** De acordo com a Resolução N°. 03/1986 do Conselho Federal de Biomedicina as infrações quanto ao exercício profissional são classificadas como:

- (A) Leves, aquelas em que o infrator não seja beneficiado por circunstância atenuante.
- (B) Graves, aquelas em que forem verificadas três circunstâncias agravantes
- (C) Gravíssimas, aquelas em que seja verificada de duas ou mais circunstâncias agravantes
- (D) As alternativas A e B estão corretas.

**Em relação à Resolução nº 02/1984 do Conselho Federal de Biomedicina resolva as questões de 27 a 30:**

**27.** Assinale a opção incorreta. O Biomédico está obrigado a:

- (A) guardar sigilo profissional.
- (B) respeitar leis e normas estabelecidas para o exercício da profissão.
- (C) representar ao poder competente contra autoridade e funcionário por falta de exaço no cumprimento do dever.
- (D) manifestar, quando de sua inscrição no Conselho, a existência de qualquer impedimento para o exercício da profissão a comunicar, no prazo de sessenta dias, a superveniência de incompatibilidade ou impedimento.

**28.** O biomédico no exercício profissional deverá se submeter às normas definidas no Código de Ética que serve como uma espécie de diretriz a estes profissionais. Sendo assim, o biomédico não deverá:

- (A) exigir justa remuneração por seu trabalho, a qual deverá corresponder às responsabilidades assumidas e aos valores fixados pela entidade competente da classe.
- (B) ser leal e solidário com seus colegas, contribuindo para a harmonia da profissão.
- (C) divulgar resultados ou métodos de pesquisas que não estejam, científica e tecnicamente, comprovados.
- (D) empregar todo o seu zelo e diligência na execução de seus misteres.



**29.** Constitui infração disciplinar:

- (A) guardar sigilo profissional.
- (B) subtrair, dentro de seu ambiente de trabalho, coisa alheia móvel.
- (C) respeitar a atividade de seus colegas e outros profissionais.
- (D) pagar em dia as contribuições devidas ao Conselho.

**30.** O Biomédico que infringir qualquer dos dispositivos presentes no Código de Ética estará sujeito as penalidades previstas no artigo 34 do Decreto ° 88.439 de 28 de junho de 1983. Dentre estas penalidade pode-se destacar:

- (A) repreensão, em aviso reservado.
- (B) suspensão do exercício profissional pelo prazo de até 2 (dois) anos, em aviso reservado.
- (C) multa equivalente a até 10 (dez) vezes o valor da anuidade.
- (D) Corretas as opções das letras “a” e “c”.

**31.** Em relação à Resolução N° 123/2006 do CFBM, que dispõe sobre o pagamento de anuidade do Posto de coleta laboratorial, é correto afirmar:

- (A) O posto de coleta laboratorial localizado na mesma cidade em que estiver estabelecido o laboratório clínico ao qual está vinculado não está obrigado a pagar anuidade ao CRBM.
- (B) Fica estabelecido que o posto de coleta laboratorial terá que pagar anuidade equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da anuidade do Laboratório Clínico ao qual esteja vinculado.
- (C) O posto de coleta laboratorial localizado na mesma cidade em que estiver estabelecido o laboratório clínico ao qual está vinculado terá que pagar ao CRBM anuidade equivalente à 10% (dez por cento) do valor da anuidade.
- (D) O posto de coleta laboratorial localizado em cidade diferente da que estiver estabelecido o laboratório clínico ao qual está vinculado, terá que pagar ao CRBM anuidade integral.



**32.** A Resolução 126/2006 do CFBM considera que os conteúdos essenciais para o curso de graduação em Biomedicina devem estar relacionados com todo o processo saúde-doença da família e da comunidade, integrado à realidade epidemiológica e profissional, devendo contemplar as áreas de Ciências Exatas, Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Humanas e Sociais, Ciências da Biomedicina, além de estágios, atividades complementares e trabalho para a conclusão do curso. Conforme este enunciado, assinale a opção correta:

- (A) O profissional biomédico, para se inscrever nos Conselhos Regionais, deverá comprovar ter concluído o curso de Biomedicina com a duração da carga horária de 4.000 (quatro mil) horas.
- (B) O profissional biomédico, para se inscrever nos Conselhos Regionais, deverá comprovar ter concluído o curso de Biomedicina com o máximo de 4.500 (quatro mil e quinhentas) horas.
- (C) O profissional biomédico, para se inscrever nos Conselhos Regionais, não deverá comprovar ter concluído o curso de Biomedicina com o mínimo de 4.000 (quatro mil) horas.
- (D) O profissional biomédico, para se inscrever nos Conselhos Regionais, deverá apenas comprovar ter concluído o curso de Biomedicina com uma carga horária definida pela Instituição Superior de Ensino, inferior a 4.000 (quatro mil) horas.

**33.** A Resolução Nº 136, de 04 de abril de 2007 do CFBM, determina aos Presidentes dos Conselhos Regionais que promovam o contrato junto a unidade estadual do Banco Central para inscreverem no CADIN (Cadastro Informativo dos Créditos não quitados) os profissionais biomédicos e as pessoas jurídicas devedores de anuidades e taxas. Diante desta determinação, quais as providências que devem ser adotadas por cada Regional:

- (A) Cada Regional deverá promover junto a unidade estadual do Banco Central do Brasil, o contrato, como utentes de acesso ao Cadastro Informativo dos Créditos não quitados (CADIN) e, em seguida efetuar a inclusão dos inadimplentes no CADIN, ficando a critério de cada Presidente Regional decidir pela comunicação prévia.
- (B) A inclusão do nome da pessoa jurídica ou do profissional no CADIN far-se-á depois de ter sido o inadimplente comunicado, via AR, em um número de uma vez, no endereço constante de seu cadastro no respectivo conselho, após 75 (setenta e cinco) dias da comunicação.
- (C) Uma vez realizada a inclusão do inadimplente no CADIN, o Regional não poderá inscrevê-lo também na Dívida Ativa.
- (D) O Regional somente procederá a baixa do registro, 15 (quinze) dias úteis após o inadimplente comprovar ter regularizado a situação que deu causa a sua inclusão no CADIN.



**34.** Nos termos da Resolução N° 115, de 25 de novembro de 2005 do CFBM, é correto afirmar:

- (A) A pessoa física com sua inscrição cancelada e/ou suspensa, assim como a pessoa jurídica com seu registro cancelado e/ou suspenso, que exercerem quaisquer atividades inerentes à profissão de Biomédico deverão pagar todas as anuidades corrigidas, referentes ao período em que exerceram irregularmente a profissão, com o acréscimo de uma multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor devido, ficando sujeito às sanções previstas pelo exercício ilegal da profissão.
- (B) O pedido de suspensão ou cancelamento suspenderá os direitos do interessado no que diz respeito ao exercício da profissão após ser distribuído a um Conselheiro Relator e deferido em reunião Plenária.
- (C) Tanto nos casos de cancelamento, como nos de suspensão de registro profissional de pessoa jurídica ou física, o número de inscrição ou de registro ficará mantido por tempo indeterminado.
- (D) O profissional biomédico interessado no cancelamento ou na suspensão do registro profissional poderá efetuar o requerimento perante a Plenária do Conselho em cuja jurisdição estiver inscrito.

**35.** Em relação à Resolução N° 50/2000 do Conselho Federal de Biomedicina, o biomédico que pretender exercer as atividades profissionais biomédicas em cidades limítrofes pertencentes à jurisdição de diferentes Conselhos Regionais deverá:

- (A) requerer sua inscrição no Conselho Regional de Biomedicina de cada jurisdição em que vier a exercer suas atividades, efetuando, inclusive, o pagamento das taxas de anuidades respectivas e atendendo demais exigências dos Regionais.
- (B) requerer sua inscrição no Conselho Regional em que vier a exercer a maior parte de suas atividades bem como, requerer expressamente sua transferência para este Regional em caráter definitivo.
- (C) requerer expressamente sua transferência em caráter temporário ou definitivo bem como, requerer a inscrição perante o Regional onde for exercer a maior parte de suas atividades.
- (D) requerer sua inscrição no Conselho Regional em que vier a exercer suas atividades efetuando o pagamento da anuidade respectiva e comunicando ao outro Conselho Regional que passará a exercer, também, suas atividades naquela jurisdição.

**36.** A Norma Regulamentadora (NR) 32 do Ministério do Trabalho e Emprego trata da segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde. No item que trata da vacinação dos trabalhadores é incorreto afirmar:

- (A) A todo trabalhador dos serviços de saúde deve ser fornecido, gratuitamente, programa de imunização ativa contra tétano, difteria, hepatite B e os estabelecidos no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).
- (B) O empregador e o empregado devem fazer o controle da eficácia da vacinação sempre que for recomendado pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério do Trabalho e Emprego e seus órgãos, e providenciar, se necessário, seu reforço, restringindo a dose por faixa etária e gênero.
- (C) O empregador deve assegurar que os trabalhadores sejam informados das vantagens e dos efeitos colaterais, assim como dos riscos a que estarão expostos por falta ou recusa de vacinação, devendo, nestes casos, guardar documento comprobatório e mantê-lo disponível à inspeção do trabalho.
- (D) A vacinação deve ser registrada no prontuário clínico individual do trabalhador, previsto na NR-07.

**37.** Em relação à Norma Regulamentadora (NR) 09 do Ministério do Trabalho e Emprego que dispõe sobre o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, a utilização de Equipamento de Proteção Individual (EPI) no âmbito do programa deverá considerar as Normas Legais e Administrativas em vigor e envolver no mínimo:

- (A) seleção do EPI adequado tecnicamente ao risco a que o trabalhador está exposto, independentemente da atividade exercida, considerando-se a eficiência necessária para o controle da exposição ao risco e o conforto oferecido segundo avaliação do trabalhador usuário e de seu respectivo empregador.
- (B) programa de treinamento dos trabalhadores quanto à sua correta utilização, independentemente da orientação sobre as limitações de proteção que o EPI oferece.
- (C) estabelecimento de normas ou procedimento para promover o fornecimento, o uso, a guarda, a higienização, a conservação, a manutenção e a reposição do EPI, visando garantir as condições de proteção originalmente estabelecidas.
- (D) caracterização das funções ou atividades dos empregadores e seleção dos EPI's utilizados para os riscos ambientais, restringindo seu uso por faixa etária e gênero.





**38.** Sobre a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) N° 306 (7 de Dezembro de 2004, Agência Nacional de Vigilância Sanitária) que dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, assinale a opção incorreta:

- (A) Aprovar o Regulamento Técnico para o Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, a ser observado em todo o território nacional, na área pública e privada.
- (B) Compete à Vigilância Sanitária dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, com o apoio dos Órgãos de Meio Ambiente, de Limpeza Urbana, e da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, divulgar, orientar e fiscalizar o cumprimento desta Resolução.
- (C) Apenas a vigilância sanitária dos Estados e dos Municípios, visando o cumprimento do Regulamento Técnico, poderá estabelecer normas de caráter supletivo ou complementar, a fim de adequá-lo às especificidades locais.
- (D) A inobservância do disposto nesta Resolução e seu Regulamento Técnico configura infração sanitária e sujeitará o infrator às penalidades previstas na Lei nº. 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

**39.** A Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) N° 50 (21 de Fevereiro de 2002, Agência Nacional de Vigilância Sanitária) em seu Artigo 1° aprova o Regulamento Técnico destinado ao planejamento, programação, elaboração, avaliação e aprovação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde, a ser observado em todo território nacional, na área pública e privada compreendendo:

- (A) as construções novas de estabelecimentos assistenciais de saúde de todo o país.
- (B) as áreas a serem ampliadas de estabelecimentos assistenciais de saúde já existentes.
- (C) as reformas de estabelecimentos assistenciais de saúde já existentes e os anteriormente não destinados a estabelecimentos de saúde.
- (D) Todas as opções estão corretas.

**40.** A Norma Reguladora (NR) do Ministério do Trabalho e do Emprego que dispõe sobre o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional é a:

- (A) NR 07.
- (B) NR 09.
- (C) NR 32.
- (D) NR 06.